

Brasil deve avançar no mercado de carbono, diz presidente do Banco Central na COP26

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta quarta-feira (3) que este é o momento de avançar em um ponto no qual o Brasil vinha bloqueando as negociações climáticas: o chamado artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece regras básicas para o mercado de carbono.

“Vou me arriscar um pouco e sair das minhas atribuições para dizer que esta é a grande oportunidade para fecharmos o artigo 6. É muito importante desenvolver a precificação do carbono”, afirmou o economista, em palestra virtual exibida no estande brasileiro da COP26, conferência climática que acontece em Glasgow (Es-

cócia) até 12 de novembro.

A declaração é mais uma indicação de que o Brasil está determinado a apagar a imagem de “vilão do clima” com que saiu da última COP, quando o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi um dos principais responsáveis por impedir um acordo sobre esse tema.

De acordo com Campos Neto, possibilitar financiamentos sustentáveis é cada vez mais relevante, porque a preocupação ambiental chegou “com força” a setor financeiro, depois de passar pelos de energia e de alimentos.

De acordo com ele, investidores e fundos de investimento, de private equity (investimento direto em companhias), de infraestrutura e

de construção exigem produtos ESG (sigla em inglês para responsabilidade social, ambiental e de governança).

“Por que essa terceira onda é tão poderosa? Porque está na verdade impedindo alguns países e algumas companhias de receberem investimentos estrangeiros”, disse o presidente do BC.

Um exemplo desse obstáculo foi anunciado nesta mesma quarta, na COP26: mais de 450 instituições financeiras de 45 países, com ativos de US\$ 130 trilhões (quase R\$ 730), se comprometeram a chegar a 2050 com todos os seus investimentos alinhados com a meta de zero emissão líquida de gases de efeito estufa.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress



Economia



Aumento da conta de luz deve eliminar 166 mil empregos em 2021, aponta CNI

Página - 03

Procura das empresas por crédito cresce 16,1% no país

Página - 03



Política

Processo de privatização dos Correios está maduro, diz advogado-geral

Página - 04

PEC dos Precatórios tem votos para ser aprovada, diz líder do governo

Página - 04



A Mywork quer transformar o papel e a caneta em peças de museu nas PMEs

Pág - 05

Clave Capital começa a investir em startups. Seu foco? As mais maduras

Pág - 05



No Mundo

Eric Adams se torna 2º prefeito negro a comandar Nova York, aponta projeção



O democrata Eric Adams foi eleito como novo prefeito de Nova York nesta terça (2), segundo projeções da agência de notícias Associated Press e da CNN americana. Ele será o segundo negro a comandar a cidade na história. O primeiro foi o também democrata David Dinkins, entre 1990 e 1993.

Com 62% da apuração concluída, Adams soma 66,7% dos votos, o que permitiu projetar sua vitória sobre o radialista republicano Curtis Sliwa, que alcançava 28,2% de preferência.

Adams, 61, é ex-capitão da polícia de Nova York. Ele centrou sua campanha na questão da segurança públi-

ca, e promete combater o crime de forma mais efetiva. A cidade enfrenta um aumento dos crimes violentos pela primeira vez em 30 anos.

O novo líder terá de conduzir a cidade na retomada pós-pandemia. A crise sanitária freou o turismo e esvaziou o mercado de escritórios durante meses. Os dois setores são importantes fontes de renda para a maior metrópole dos EUA, onde vivem 8,4 milhões de habitantes.

Sua campanha foi financiada por empresários do establishment imobiliário, na cidade com o metro quadrado mais caro do país e com maior número de apartamentos para locação, o que

gera dúvidas sobre o quanto ele ficará ligado a esse grupo quando for prefeito. Ele é proprietário de imóveis e foi acusado de pouca transparência, não registrando ao menos um apartamento.

Adams já se posicionou contra políticas de controle de preços de aluguel, que foram adotadas durante a pandemia. Questionado sobre o tema, disse que regular aluguéis discrimina pequenos proprietários “negros e marrons” como ele. A maioria dos apartamentos para locação em Nova York, porém, pertence a empresários com dezenas de propriedades, e o lobby imobiliário é predominantemente branco.

Rafael Balago/Folhapress

China faz exercício com munição real enquanto Taiwan recebe apoio europeu



A China iniciou nesta quarta (3) uma rodada de exercícios militares com munição real no mar ao norte de Taiwan, aplicando pressão ao regime de Taipé no momento em que a ilha obtém o apoio mais explícito do Ocidente em décadas de disputa com Pequim.

A ação, que envolverá navios e aviões chineses durante uma semana no mar do Leste da China, visa pressionar não só Taiwan, mas o Japão, EUA e aliados ocidentais.

Nesta quarta, uma delegação inédita com sete deputados do Parlamento Europeu desembarcou para uma visita

Enviado dos EUA para clima vê 60% de chance de limitar aquecimento

O enviado dos Estados Unidos (EUA) para questões climáticas, John Kerry, disse nesta quarta-feira (3) que os compromissos atuais de redução das emissões de carbono significam que o mundo tem 60% de chance de limitar um aumento médio da temperatura a 1,5 grau Celsius.

Falando em um café da manhã a prefeitos de todo o mundo, durante a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o clima em Glasgow, na Escócia, Kerry afirmou que, com os compromissos recentemente assumidos durante a COP26, cerca de 65% do Produto In-

terno Bruto (PIB) global estão agora cobertos por planos de mudança climática implementáveis.

“Mas isso significa que 35% não estão. E não podemos fazer isso sem esses 35%”, observou Kerry. “Você não consegue fazer isso a menos que todos nós estejamos dentro.”

Ele também destacou a importância de o mundo atingir seu objetivo de reduzir pela metade as emissões globais até 2030 se quiser chegar à emissão líquida zero até meados do século.

“2050 também já era se você não chegar a 2030”, acrescentou.

Reuters/ABR



de três dias à ilha autônoma, que a ditadura comunista considera uma província rebelde a ser reincorporada à China.

“Estamos felizes de poder oferecer o apoio a nossos amigos”, disse o líder do grupo, o francês Raphael Glucksmann, a repórteres no aeroporto. Eles irão se encontrar com políticos, empresários e com a presidente Tsai Ing-wen.

Ela já havia causado comoção no continente ao confirmar, pela primeira vez, que militares americanos estavam em solo taiwanês participando de exercícios com soldados locais. Além disso, a mídia da ilha confirmou que forças especiais de

Taipei estão sendo treinados por fuzileiros navais americanos em Guam (posseção dos EUA no Pacífico).

Isso é um passo muito além dos usuais exercícios militares em águas que Pequim clama para si, como os ocorridos no fim de semana no mar do Sul da China com um porta-aviões americano e uma fragata japonesa.

Foi a nona vez no ano que os principais navios de ataque americanos se exercitam na região, segundo o instituto Iniciativa de Investigação de Situação Estratégica do Mar do Sul da China, da Universidade de Pequim.

Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Aumento da conta de luz deve eliminar 166 mil empregos em 2021, aponta CNI



Consequência da pior crise hídrica dos últimos 90 anos, o aumento no preço da conta de luz deve derrubar o PIB do Brasil em R\$ 8,2 bilhões em 2021, queda de 0,11% em relação a 2020. Como consequência, a inflação sobre a energia elétrica deve resultar numa perda de 166 mil empregos no fim do ano. A conclusão está em um estudo publicado nesta quarta-feira (3) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Segundo a pesquisa, para 2022, a perda no PIB pode chegar a R\$ 14,2 bilhões, 0,19% a menos na comparação com os valores de 2021. De acordo com os cálculos da confederação, a conta de luz das famílias subirá 6,77% em 2021 e 18,8% em 2022, com a criação da bandeira es-

cashez hídrica e os reajustes das tarifas de energia. Esses aumentos devem provocar redução do consumo das famílias em R\$ 7 bilhões em 2021 e de R\$ 12,1 bilhões em 2022, a preços de 2020.

A CNI estima ainda que a bandeira tarifária tem peso de 13,23% na conta de luz total das famílias. “O aumento total de 127,5% [em 2021] na bandeira tarifária deve se refletir em um aumento de 16,87% na conta de luz das famílias em relação ao valor inicial da bandeira vermelha patamar 2”, calcula a instituição.

A Aneel anunciou no fim de agosto um novo patamar da bandeira tarifária, chamado “bandeira escassez hídrica”, no valor de R\$ 14,20 por 100 kWh. É quase 50% a mais que o do patamar 2 da bandeira vermelha, a R\$ 9,49.

O modelo de cobrança deve vigorar até abril de 2022.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o reajuste se deve ao custo adicional projetado de R\$ 8,6 bilhões com energia de setembro a novembro, o que inclui importação da Argentina e do Uruguai e ativação de novas termelétricas. Essas medidas são necessárias para suprir a necessidade de 5,5 GW de energia a ser acrescentada ao SIN (Sistema Interligado Nacional).

Os níveis dos principais reservatórios do Brasil baixaram ao longo deste ano, provocando a pior crise hídrica dos últimos 90 anos segundo o ONS. Nas regiões Sudeste e Centro Oeste, que concentram 70% de toda a água do país, o nível médio dos reservatórios é inferior a 20%. Folhapress

Limitações nas cadeias produtivas devem perdurar até 2022, diz BC



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) mantém a expectativa de retomada da atividade econômica no segundo semestre deste ano, ainda que menos intensa e mais concentrada no setor de serviços. A avaliação consta na ata da última reunião do Copom, divulgada nesta quarta-feira (3), e reflete o impacto das limitações na oferta de insumos em determinadas cadeias produtivas, que devem perdurar até o próximo ano.

De acordo com o comitê, os indicadores recentes da produção industrial e do comércio tiveram resultados negativos e abaixo do esperado. Por outro lado, o setor de serviços, que foi mais atingido pelas restrições da pande-

Procura das empresas por crédito cresce 16,1% no país

A busca de recursos financeiros para empresas teve alta de 16,1% em setembro deste ano no Brasil, em comparação com o mesmo mês de 2020. A elevação da procura por crédito foi notada em todos os segmentos, com destaque para o de serviços (22,4%), seguido pela indústria (12,5%) e o comércio (10,3%). Os dados, divulgados ontem (3), em São Paulo, são do Indicador de Demanda das Empresas por Crédito da Serasa Experian.

Em relação ao porte, as micro e pequenas empresas (MPE) foram as que mais aumentaram a procura por crédito em setembro, em comparação com setembro do ano

passado (alta de 16,4%), seguidas pelas médias (8,9%) e as grandes (8,3%).

“Os donos de negócios estão se arriscando mais após um longo período em que tiveram que diminuir ou pausar suas atividades por conta da pandemia. Por isso, as micro e pequenas empresas registram maior procura, já que foram as mais impactadas devido ao menor fluxo de caixa”, destacou a Serasa.

De acordo com o índice, o crescimento da demanda por crédito foi maior na região Sul (18,2%), seguida pelo Sudeste (16,2%), Norte (15,8%), Centro-Oeste (14,7%) e Nordeste (13,9%).

Bruno Bocchini/ABR



mia de covid-19, “continuam em trajetória de recuperação robusta”.

“Para 2022, se por um lado a elevação dos prêmios de risco e o aperto das condições financeiras atuam desestimulando a atividade econômica, por outro, o Copom avalia que o crescimento tende a ser beneficiado por três fatores: a continuação da recuperação do mercado de trabalho e do setor de serviços; o desempenho de setores menos ligados ao ciclo de negócios, como agropecuária e indústria extrativa; e os resquícios do processo de normalização da economia conforme a crise sanitária arrefece”, diz a ata.

Segundo o BC, no cenário internacional, o ambiente também tem se tornado menos favorável, refletindo a

persistência da inflação. “O próximo ano deve ser caracterizado por menor crescimento, com a reversão dos impulsos fiscais e avanço nos processos de normalização da política monetária. Para as economias emergentes, essa combinação implica um cenário mais desafiador”, diz a ata.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de setembro, o Banco Central projetava crescimento de 4,7% para a economia em 2021. Já ao longo de 2022, espera-se um ritmo de crescimento menor do que no segundo semestre de 2021, resultando em crescimento anual de 2,1% no Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país). O próximo relatório será divulgado em dezembro.

Andreia Verdélio/ABR

Política

Processo de privatização dos Correios está maduro, diz advogado-geral



O advogado-geral da União (AGU), Bruno Bianco, disse nesta quarta-feira (3) ter convicção de que o processo de desestatização dos Correios está absolutamente maduro. “Ele é oportuno, pertinente, correto e necessário, bom para o país, mas obviamente, precisamos demonstrar isso em juízo”, afirmou, ao participar do seminário virtual Serviço Postal e Correios: perspectivas setoriais e impactos econômicos, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto de lei de privatização dos Correios já foi aprovado na Câmara dos Deputados e é analisado no Senado. Mas ele é contestado no Supremo Tribunal Fed-

eral (STF), onde tramitam três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI).

Para Bianco, a ADI 6635, de relatoria da ministra Cármen Lúcia, é hoje a questão mais fundamental. Segundo o AGU, essa ação argumenta a impossibilidade de desestatização da empresa tendo em vista que ela prestaria um serviço público sujeito a regime de privilégio exclusivo por força da Constituição Federal que diz no artigo 21, inciso X, que compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.

Segundo Bianco, a tese da defesa do governo é que o dispositivo não impede que a União decida sobre a forma de prestação de serviço postal. “Esse vocábulo man-

ter não diz claramente se eu tenho que manter por meio de uma empresa pública, mas sim que eu mantenha. A União mantém, mas ela pode manter por meio de permissão e concessão dos serviços públicos, não havendo, portanto, uma limitação para transferir o serviço postal a particulares”, argumentou.

O advogado-geral também destacou que o artigo 177 da Constituição Federal não elenca o serviço postal e o correio aéreo nacional como monopólios da União.

Caso a desestatização seja aprovada pelo Congresso Nacional, o ministro afirmou que o contrato de concessão será regulado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

ABR

PEC dos Precatórios tem votos para ser aprovada, diz líder do governo



O deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, afirmou à coluna Painel, da Folha de S.Paulo, no início da tarde desta quarta-feira (3), que há votos suficientes para aprovar a PEC dos Precatórios.

Ele disse também que há garantia de quórum para a votação nesta quarta (2). A oposição não mudou de ideia.

A PEC defendida pelo governo pretende modificar o cálculo do teto de gastos para viabilizar o Auxílio Brasil, programa social que vai substituir o Bolsa Família.

O líder do PT, Bohn Gass (PR), afirmou à coluna Painel

STF derruba decisão e caminhoneiros seguem proibidos de bloquear estradas

Uma decisão do ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), adicionou novo episódio ao vaivém judicial envolvendo a paralisação que caminhoneiros tentam fazer.

Na tarde desta quarta-feira (3), o ministro revogou uma sentença do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) que autorizava o bloqueio de estradas federais por motoristas grevistas. Com isso, a ocupação e obstrução de rodovias voltam a ficar proibidas.

No sábado (30), a Justiça Federal proibiu o bloqueio de estradas em diversos estados, com multas que variam de R\$ 5.000 a R\$ 1 milhão para pessoas físicas e jurídicas que descumprirem a ordem.

Ao todo foram 29 liminares concedidas -em favor da União e de concessionárias de estradas-com o objetivo de impedir manifestações da paralisação de caminhoneiros

anunciada para a última segunda-feira (1º).

Apesar das decisões, a convocação se manteve, mas a greve acabou não tendo força. Rodovias federais ficaram liberadas ao longo de todo o dia e apenas manifestações pontuais e isoladas foram registradas na segunda e nesta terça-feira (2). Lideranças culpam as decisões judiciais como causa da baixa adesão da categoria.

Nesta terça (2), a desembargadora federal Ângela Catão derrubou 11 liminares que proibiam a categoria de se manifestar nas vias.

Catão atendeu a uma solicitação da Abrava (Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores), mas sem considerar o mérito das paralisações. Em sua decisão, a desembargadora disse que a Justiça do Trabalho é o órgão competente para processar e julgar questões referentes ao direito de greve.

Thiago Bethônico/Folhapress



que o partido votará contra. Integrantes do governo Bolsonaro contavam com recuo do PT para aprovar a proposta uma vez que demandas dos governadores do Nordeste foram atendidas.

O governo fez nos últimos dias forte pressão em cima da base, ameaçando paralisar transferências de emendas impositivas para quem se ausentasse da sessão.

A pressão resultou em uma queda de braço entre a Câmara e o Palácio do Planalto.

Os deputados da base e de partidos independentes pedem a liberação de mais recursos para apoiar a proposta.

Aliados de Bolsonaro, entretanto, ameaçam cortar

até as emendas impositivas, cujo pagamento é obrigatório, dos parlamentares para pressionar pelo apoio à PEC.

Na contabilidade dos parlamentares, o placar atual é apertado para o governo. Com quórum máximo, a expectativa é ter cerca de 10 votos além dos 308 necessários para aprovação.

O governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) pretendiam votar a PEC na quarta (27), mas a ausência de deputados e divergências no texto adiaram a votação.

Após reunião de líderes da base com Lira, a votação foi confirmada para a sessão desta quarta (3).

Camila Mattoso/Folhapress

Clave Capital começa a investir em startups. Seu foco? As mais maduras



A gestora Verde Asset investiu em Loggi, Nubank e Trybe; a Constellation aportou na VTEX; a Brasil Capital entrou em rodada de captação da MadeiraMadeira; e a Dynamo, uma veterana nesse processo de investir em empresas de capital fechado, tem participação da Valemobi, entre outras.

Agora, mais uma gestora está entrando nessa onda de investir em startups antes de elas abrirem capital. A Clave Capital, de Rubens Henriques, está montando um time de profissionais para analisar oportunidades em empresas que estão em um estágio a partir de uma ou duas rodadas do IPO.

Por enquanto, essa área tem sido tocada por André Caldas, que cuida da estratégia de renda variável da Clave e dos fundos Clave Total Return e Clave Long Only. Mas quem teve acesso ao plano que está sendo delineado pela Clave disse ao NeoFeed que a ideia dos gestores é entrar em startups mais maduras, com modelos de negócio comprovados.

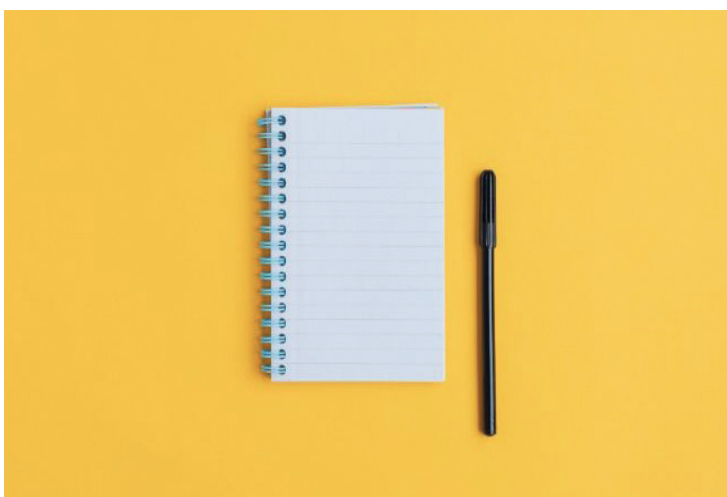
A Clave, que tem R\$ 4 bilhões sob gestão, já fez dois investimentos em companhias com esse perfil. Apurou-se que a gestora entrou em extensões de rodadas nas fintechs Klarna e Revolut, duas das maiores startups do mundo quando o assunto é valuation.

Na lista da CB Insights, que traz os maiores unicórnios do mercado, a Klarna aparece em quinto lugar, com um valuation de US\$ 45,6 bilhões. A Revolut, por sua vez, surge em oitavo lugar, com um valor de mercado de US\$ 33 bilhões.

A Klarna é uma fintech sueca conhecida por atuar no chamado mercado de “buy now, pay later”, o bom e velho crediário que se popularizou na Europa e nos Estados Unidos durante a pandemia.

Com forte presença na Europa, ela fez recentemente uma parceria com a americana Stripe, avaliada em US\$ 95 bilhões, para oferecer seus serviços nos Estados Unidos – o que vai dar um impulso para a fintech europeia. Neofeed

A Mywork quer transformar o papel e a caneta em peças de museu nas PMEs



As pequenas e médias empresas (PMEs) são um universo enorme que ainda não digitalizaram boa parte de seus processos. Foi olhando esse mercado que Timor Espallargas e Thomas Carlsen resolveram empreender.

Eles fundaram, em 2019, a Mywork, uma startup cujo objetivo é digitalizar o departamento pessoal das pequenas e médias empresas, começando pela controle de ponto. Desde então, conquistaram 1,5 mil clientes, que somados têm 20 mil funcionários.

Agora, a Mywork está captando R\$ 3,5 milhões em uma rodada seed liderada pela Domo Invest e pela AB-Seed para ir além do controle de ponto. Participaram também do aporte a Bossa Nova

A Vibbra! quer ser a Uber dos programadores

Startup que conecta profissionais de tecnologia com o mercado corporativo, a Vibbra! quer ser a Uber da programação. Ao invés de criar um banco de talentos onde empresas vão buscar novos funcionários, a companhia estruturou uma plataforma de desenvolvedores autônomos, alocados por projetos e ganhando pela hora trabalhada, conforme a complexidade da demanda.

No modelo da startup, a alocação de equipes pode ser part-time ou full-time em duas semanas, por exemplo. Em meio à alta procura por mão de obra qualificada em tecnologia, num momento em que as empresas precisaram se digitalizar, a Vibbra! tem mais de 3 mil profissionais de nível pleno e sênior.

“Somos uma alternativa para o mercado acessar talentos de forma rápida. Enquanto a média de contratação no mercado supera meses, na Vibbra! a companhia consegue fechar um projeto em menos de uma semana. É uma relação ganha-ganha para empresas, programadores e a plataforma”, diz Leandro Oliveira, cofundador e CEO da Vibbra.

A companhia surgiu como software house em 2016, mas pivotou dois anos depois para buscar um modelo mais escalável. No novo rumo, o faturamento da novata quadruplicou, chegando a R\$ 1,3 milhão no ano passado e espera mais que dobrar este ano, atingindo R\$ 3 milhões. A startup atende majoritariamente pequenas e médias empresas, mas já flogou clientes graúdos como Bosch, Totvs e Veolia. Pipeline Valor



Investimentos, a Raio Capital e executivos de empresas como Stone, Cielo, Nubank e Jusbrasil.

“O meu maior concorrente é a Tilibra”, brinca Carlsen, referindo-se à fabricante de cadernos que pertence hoje à americana MeadWestvaco. “O controle de ponto ainda é feito com papel e caneta e é um oceano azul de oportunidades.”

Com os recursos, a Mywork vai expandir a sua atuação para outras necessidades do departamento pessoal, como controle de férias, gestão de benefícios e folha de pagamento. Em uma próxima etapa, o plano é também ter produtos financeiros complementares ao RH.

A meta é conquistar 10 mil clientes até o fim de

2023. Atualmente, usam a plataforma da Mywork o clube de futebol Grêmio Novorizontino (que disputa a série C do Campeonato Brasileiro e a A do Paulista) e diversas unidades de franquias da OdontoCompany, Nutty Bavarian, Aramis, O Boticário, Amor aos Pedacos, Bolo da Madre e Imaginarium.

A startup cobra uma mensalidade com base no número de usuários que batem o ponto, no modelo de SaaS (Software as a Service). O valor médio varia de R\$ 5,30 a R\$ 12 por funcionários, dependendo do tamanho da empresa. O cliente típico tem em torno de 12 empregados e paga cerca de R\$ 90 reais por mês pela plataforma completa. Neofeed

Tecnologia

A Microsoft quer levar o metaverso para os escritórios



A Microsoft vai ter a sua própria versão do metaverso, rivalizando com o Facebook, mas em uma arena na qual domina: os escritórios.

A companhia fundada por Bill Gates se prepara para permitir que os usuários do sistema de videoconferência Teams possam recorrer a avatares e desenhos animados em reuniões profissionais online.

O metaverso é a tecnologia na qual o Facebook diz que vai permitir que os usuários vivam, trabalhem e se divirtam conectados a um mundo virtual, a ponto de a companhia mudar o seu nome corporativo para Meta, em anúncio feito na semana passada por Mark Zuckerberg – muitos, no entanto, viram na estratégia

apenas uma cortina de fumaça para encobrir os problemas de imagem do Facebook.

A Microsoft, porém, vai começar de forma mais modesta com a sua plataforma de videoconferência Teams. Os funcionários poderão também visitar espaços virtuais de trabalho, que seriam simulações dos escritórios reais, e participar de apresentações de PowerPoint.

As novidades estarão disponíveis no primeiro semestre do ano que vem e são vistas pela Microsoft como apenas o começo. “Com 250 milhões de pessoas ao redor do mundo usando o Teams, a introdução de avatares será o primeiro elemento metaverso a parecer real”, disse Jared Spataro, o chefe de Teams, em apresentação nesta

terça-feira, 2 de novembro.

A nova tecnologia da Microsoft, batizada de Mesh e anunciada pela primeira vez no início do ano, permite experiências de realidade aumentada e virtual em uma variedade de óculos, incluindo o próprio HoloLens, da Microsoft.

Para a Microsoft, a tecnologia será o primeiro passo para que os funcionários das empresas se sintam cada vez mais confortáveis com novas formas de interação virtual, que hoje poderiam parecer estranhas.

Segundo pesquisas feitas pela Microsoft, o uso de avatares pessoais transmite uma sensação de “presença” que torna as reuniões mais envolventes.

A trajetória do Jovem Nerd: de hobby à venda ao Magalu

“Começamos falando do mundo nerd, depois mudamos para falar sobre o mundo na visão dos nerds”, avalia Deive “Azaghal” Pazos, metade da dupla por trás do Jovem Nerd. Ao lado de Alexandre “Jovem Nerd” Ottoni, ambos se alegram ao afirmar: eles não precisam falar mais só do conteúdo dos outros.

Com quinze anos de experiência e desde abril deste ano com o apoio da Magazine Luiza, nem o céu é o limite para a empresa de conteúdo Jovem Nerd, responsável por um dos maiores podcasts do Brasil. Na última semana, o NerdCast chegou aos 800 episódios, o equivalente a 52 dias ininterruptos escutando Jovem Nerd e Azaghal, acompanhados sempre de amigos ou família, falando sobre diversos temas, que vão desde entretenimento e mun-

do geek até histórias pessoais e conversas sobre empreendedorismo.

Quando fundaram o Jovem Nerd, em 2005, Deive “Azaghal” e Alexandre “Jovem Nerd” faziam as publicações para o blog durante as madrugadas, equilibrando o hobby com outros empregos. Os dois eram administrador de motel e web designer em uma empresa multimídia, respectivamente.

A dupla é conhecida por ser pioneira na produção de podcasts no Brasil porque, ainda em 2005, descobriram o formato diferenciado e começaram o NerdCast. “Nós tivemos curiosidade porque era uma nova forma de mídia. Antes, só existia o texto”, explica Azaghal. A aposta foi certa: em 2019, foi o terceiro podcast do mundo (e o primeiro no Brasil) a ultrapassar 1 bilhão de downloads.

Exame



Neofeed

Com open finance, Itaú BBA abre novas frentes de negócios para seus clientes



Nos últimos meses, o Itaú BBA, maior banco de investimentos do País, montou uma verdadeira operação de guerra. Equipes de diversas áreas estão sendo treinadas, clientes foram chamados para reuniões educativas e novas soluções começaram a ser desenvolvidas. Tudo isso para ajustar a sua operação à mais abrangente revolução do sistema financeiro brasileiro em décadas: o open finance.

“A partir de agora, cada um de nós precisa saber mais do cliente e da cadeia de valor dele do que do próprio banco”, diz Fábio Villa, diretor comercial do segmento Middle do Itaú BBA. “Com o open finance, eu não vou vender serviço financeiro, mas

gestão financeira.”

O open finance é a evolução natural, ou o passo mais ambicioso, do open banking, que permite aos usuários de produtos e serviços financeiros compartilharem suas informações entre diferentes instituições autorizadas pelo Banco Central.

A primeira fase do novo sistema financeiro aberto foi implementada em fevereiro passado. Desde então, a iniciativa ganhou novas possibilidades nas etapas subsequentes. A fase quatro, o open finance, deverá entrar em vigor a partir do ano que vem, e consiste no compartilhamento de dados relacionados a câmbio, seguro, investimento, previdência e conta salário, entre outros.

“O banking ficou pequeno para o tamanho do projeto”, destaca Ivo Mósca, superintendente de Open Finance & Pagamentos Instantâneos do Itaú Unibanco. “O open finance ampliará o escopo do banking, abrindo oportunidades para as instituições financeiras e seus clientes.”

Na prática, como a nova agenda pode influenciar os negócios dos clientes do Itaú BBA? Fábio Villa traz a resposta. “Com o open finance, vou customizar a informação para a atividade específica do cliente e, a partir daí, oferecer soluções para atender as suas necessidades.”

Para ressaltar seu ponto de vista, o executivo cita o exemplo de uma empresa de varejo supermercadista. Neofeed

Portal Solar S.A.

CNPJ/ME nº 18.947.568/0001-80 – NIRE 35.300.518.144

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Especial de Acionistas realizada em 27 de julho de 2021, às 10 horas

Aos 27/07/2021, às 10 horas, na sede da Companhia, com a presença de 100% do capital social da Companhia dispensando a convocação. **Mesa:** Rodolfo Botelho Meyer – Presidente; e Frederico Botelho Meyer – Secretário. **Deliberações das Ordens do Dia:** Por unanimidade: **1.** Em AGO: **1.1.** O relatório da administração, o balanço patrimonial da Companhia e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, disponibilizados aos Acionistas nos termos do artigo 294 da Lei das S.A.; e **1.2.** Em relação ao resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2020, a seguinte destinação do resultado da Companhia, após dedução do valor destinado à reserva legal: distribuição do lucro aos titulares de ações preferenciais classe F1, no montante de R\$ 960.000,00, a título de dividendo fixo cumulativo relativos à sua classe de ação preferencial. **2.** Deliberaram ainda, em pauta **Extraordinária e Especial**, por unanimidade: **2.1.** A conversão de 3 ações ordinárias da Companhia, de titularidade dos Acionistas descritos no Anexo I à presente, em ações preferenciais classe "F1", na razão de 1 ação ordinária por 1 ação preferencial classe "F1", conforme os termos do Anexo II à presente ata. **2.2.** A conversão de 15 ações preferenciais F1 da Companhia, de titularidade dos Acionistas descritos no Anexo I à presente, em ações ordinárias, na razão de 1 ação preferencial classe F1 por 1 ação ordinária, conforme os termos do Anexo II à presente ata; **2.3.** Em consequência das deliberações referidas acima, fica aprovada a alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 5ª. O capital social da Companhia é de R\$ 14.201,00, representado por 14.201 ações, divididas em: (i) 14.212 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 80 ações preferenciais nominativas, com direito de voto, classe F1. § 1º. A titularidade das ações será evidenciada mediante registro do nome dos acionistas no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. § 2º. Cada ação preferencial classe F1 conferirá ao seu titular a prioridade no recebimento de dividendo fixo cumulativo de R\$ 12.000,00 por ano por ação preferencial classe F1 e prioridade no reembolso de capital. § 3º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias de que trata o Artigo 46 da Lei das S.A. § 4º. No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure práticas diferenciadas de governança corporativa. § 5º. A Companhia disponibilizará para os acionistas, sempre que solicitado, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia." **2.4.** Aprovar o valor global anual da remuneração dos Administradores, no montante de R\$ 920.376,00. **2.5.** Aprovação da criação e instalação do Conselho de Administração da Companhia, que será composto por no mínimo 3 e no máximo 4 membros efetivos, com mandato unificado de 02 anos, sendo permitida a reeleição, que deverão ser eleitos de acordo com as disposições contidas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sendo que a administração da Companhia passa a ser exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, composta por 5 membros efetivos, com nova denominação, a saber, Diretor Presidente; Diretor de Desenvolvimento de Negócios; Diretor de Marketing e TI, e, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Executivo, e, por conseguinte, a alteração das correspondentes disposições estatutárias, que passam a vigorar a partir desta data em seu inteiro teor na forma transcrita a seguir: "**Capítulo IV. Administração. Subseção I. Normas Gerais. Cláusula 18ª.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujas atribuições estão descritas nos artigos abaixo, observados os termos do Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia. § único. Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria serão investidos em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia e permanecerão em seus respectivos cargos até a investidura de seus substitutos. **Subseção II. Conselho de Administração. Cláusula 19ª.** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 e no máximo 4 membros efetivos, com mandato unificado de 02 anos, sendo permitida a reeleição, que deverão ser eleitos de acordo com as disposições contidas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. § 1º. Um dos membros do Conselho de Administração ocupará o cargo de Presidente do Conselho de Administração mediante nomeação pelos Acionistas da Companhia em Assembleia Geral e de acordo com as disposições contidas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. § 2º. Os membros do Conselho de Administração poderão ser removidos e substituídos a qualquer momento pelo Acionista que o nomeou, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos Termos de Posse nos livros da Companhia, neles declarando as informações exigidas pela Lei das Sociedades Anônimas. § 3º. Caso um cargo do Conselho de Administração fique vago, os Acionistas deverão fazer com que seja convocada uma Assembleia Geral para nomeação do substituído em até 30 dias após a vacância do cargo. **Cláusula 20ª.** O Conselho de Administração se reunirá, em caráter ordinário, pelo menos 1 vez a cada trimestre, ou outra periodicidade acordada entre os Acionistas à luz das necessidades da Companhia. Além de tais reuniões, outras reuniões do Conselho de Administração podem ser convocadas a qualquer momento por qualquer conselheiro, nos termos dispostos no Acordo

de Acionistas arquivado na sede da Companhia. § 1º. As Reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão em primeira convocação, com a presença de, pelo menos, 2 conselheiros e sem segunda convocação com qualquer número, devendo as deliberações serem tomadas pela maioria dos Conselheiros presentes, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a Reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os conselheiros, pessoalmente ou na forma do Parágrafo Segundo abaixo. § 2º. Será considerado presente às Reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da Reunião do Conselho de Administração previamente à sua instalação; (b) enviar seu voto por escrito ao presidente do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Reunião do Conselho de Administração será considerada realizada no local onde estiver o presidente do Conselho de Administração. Neste caso o voto do membro que participar por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica deverá ser formalizado por escrito e anexado à respectiva ata em até 24 horas da data do evento. O Presidente do Conselho ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro que houver participado remotamente. § 3º. A reunião do Conselho de Administração será presidida sempre por seu Presidente, ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo secretariada por pessoa indicada pelo Presidente da reunião. § 4º. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante voto favorável da maioria simples de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate, conforme previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Cláusula 21ª. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) nomeação dos Diretores, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (ii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre os contratos celebrados, em vias de celebração e quaisquer outros atos, bem como realizar anualmente uma avaliação de performance da Diretoria; (iii) aumento do endividamento líquido da Companhia além do previsto no último Orçamento Anual aprovado, a matéria estará sujeita ao voto previsto observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (iv) realização de investimentos, celebração de contratos, prestação de garantias e assunção de obrigações de qualquer natureza, não previstos no Orçamento Anual aprovado pelos Acionistas e que excedam, em uma ou mais operações sucessivas no curso de 12 meses consecutivos, valor equivalente a R\$1.000.000,00 ou 10% do patrimônio líquido da Companhia, o que for maior, observado o disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (v) venda, locação, renúncia exclusiva ou outra forma de transferência ou alienação da totalidade ou de parte substancial dos ativos da Companhia (assim entendida como a transferência de pelo menos 20% dos ativos da Companhia, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia); (vi) alienação de qualquer bem móvel ou imóvel da Companhia, cujo valor seja igual a 5% ou mais do total de ativos da Companhia, conforme balanço, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (vii) aquisição de qualquer bem móvel ou imóvel pela Companhia, cujo valor seja igual ou superior a 5% do valor dos Ativos Totais da Companhia; ou se o valor total de Ativos Imobilizados ultrapassar 30% dos Ativos Totais da Companhia, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sendo certo que os veículos adquiridos para a atividade de franquias e os veículos utilizados pelas equipes de instalação não serão considerados para apuração destes montantes. Para fins desta Cláusula, Ativos Totais e Ativos Imobilizados serão definidos de acordo com as normas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras; (viii) alienação de participação societária em qualquer das Subsidiárias, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (ix) celebração de qualquer contrato no qual a contraparte seja uma Parte Relacionada dos Acionistas Originais, cujo valor, individual ou agregado em um período de 12 meses, seja igual ou superior a R\$50.000,00, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (x) associações, aquisição de participações societárias ou de todos ou de parte substancial dos ativos de terceiros, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (xi) observado o disposto em relação ao voto disposto Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, aprovação da remuneração ou aumento da remuneração de qualquer Executivo Chave da Companhia ou qualquer Subsidiária que supere em 20% ou mais, por exercício, conforme aplicável; (a) a remuneração então vigente do Executivo Chave em questão; (b) a remuneração da pessoa substituída pelo Executivo Chave em questão; ou (c) a remuneração prevista no último Plano de Negócios/Orçamento Anual aprovados. Para os fins deste Acordo, considera-se "Executivo Chave" qualquer pessoa que ocupe cargo de Diretor, estatutário ou não, conselheiro, membros do conselho fiscal, membros de comitês técnicos de assessoramento aos administradores, bem como, os ocupantes de

qualquer outra posição que tenha o poder, direto ou indireto, de participar nas decisões das políticas financeira e/ou operacional da Companhia; (xii) propositura de ações judiciais ou de procedimentos arbitrais, bem como a celebração de acordos em âmbito judicial ou arbitral se o valor envolvido superar R\$ 100.000,00; e (xiii) no âmbito de uma Subsidiária, qualquer Decisão Material – AGE/AGOE, conforme definido no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, ou qualquer deliberação prevista nos incisos anteriores, observado, quando aplicável, o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. § 1º. Para evitar dúvidas, dependerão de aprovação prévia pelo Conselho de Administração da Companhia as matérias no âmbito das Subsidiárias (a) que sejam consideradas Decisão Material – AGE/AGOE conforme definido no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sujeitas ou não às assembleias ou reuniões de sócios das respectivas Subsidiárias, ou (b) que se enquadrem nos incisos anteriores desta Cláusula, sujeitas ou não a aprovação de sua respectiva administração. § 2º. Além das matérias previstas supra e das disposições constantes no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias previstas no Artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo V. Diretoria. Cláusula 22ª.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 05 membros, com mandato de 03 anos, eleitos em assembleia geral para os seguintes cargos: Diretor Presidente; Diretor de Desenvolvimento de Negócios; Diretor de Marketing e TI, e; Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Executivo. **2.6.** Eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato a se encerrar na AGO da Companhia que deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas dos administradores do exercício social findo em 31/12/2022, estendendo-se o mandato até a sua reeleição ou eleição de novos conselheiros, a saber: a. **Rodolfo Botelho Meyer**, RG nº 32.586.710-0 e CPF/ME nº 317.360.008-88, na qualidade de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração; b. **Frederico Botelho Meyer**, RG nº 32.586.709-4 e CPF/ME nº 226.615.868-65, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração; e c. **Mariana Granata Ferreira Mota**, RG nº 34.258.314-1 e CPF/ME nº 335.347.538-95, na qualidade de membro efetiva do Conselho de Administração. **2.7.** Estendo todos os membros do conselho de administração eleitos presentes e tendo estes aceitado os respectivos mandatos, foram eles investidos nos seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, cujas cópias são anexadas à presente ata. Os membros do Conselho de Administração eleitos, ora presentes ao conclave, declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **2.8.** Ficam aprovados/ratificados todos os atos praticados pela Companhia e seus Diretores relativos a: (a) Investimento na **PV Operação e Manutenção de Usinas S.A.**, CNPJ/ME nº 34.476.229/0001-19 ("PV"), por meio de mútuo conversível em participação societária, ficando ratificada a celebração do Contrato De Mútuo Conversível Em Participação Societária E Outras Avenças, com data de 17/02/2021 e todos os demais atos praticados pela Companhia relacionados ao investimento na PV; (b) Todos os atos e assinatura de todos os documentos relacionados ao empréstimo e demais arranjos comerciais entre a Companhia, os Acionistas, suas Subsidiárias, o **Fundo de Investimento em Participações BV – Multiestratégia Investimento no Exterior**, CNPJ nº 27.368.817/0001-73, constituído sob a forma de condomínio fechado e regido por seu Regulamento, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sendo certo que os veículos adquiridos para a atividade de franquias e os veículos utilizados pelas equipes de instalação não serão considerados para apuração destes montantes. Para fins desta Cláusula, Ativos Totais e Ativos Imobilizados serão definidos de acordo com as normas contábeis na elaboração das demonstrações financeiras; (viii) alienação de participação societária em qualquer das Subsidiárias, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (ix) celebração de qualquer contrato no qual a contraparte seja uma Parte Relacionada dos Acionistas Originais, cujo valor, individual ou agregado em um período de 12 meses, seja igual ou superior a R\$50.000,00, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (x) associações, aquisição de participações societárias ou de todos ou de parte substancial dos ativos de terceiros, observado o disposto em relação ao voto regulado em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (xi) observado o disposto em relação ao voto disposto Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, aprovação da remuneração ou aumento da remuneração de qualquer Executivo Chave da Companhia ou qualquer Subsidiária que supere em 20% ou mais, por exercício, conforme aplicável; (a) a remuneração então vigente do Executivo Chave em questão; (b) a remuneração da pessoa substituída pelo Executivo Chave em questão; ou (c) a remuneração prevista no último Plano de Negócios/Orçamento Anual aprovados. Para os fins deste Acordo, considera-se "Executivo Chave" qualquer pessoa que ocupe cargo de Diretor, estatutário ou não, conselheiro, membros do conselho fiscal, membros de comitês técnicos de assessoramento aos administradores, bem como, os ocupantes de

Holding Plural S.A.

CNPJ/ME nº 15.373.124/0001-90 – NIRE 35.300.437.446

Ata Conjunta da Assembleia Geral Extraordinária e**Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Ordinárias Classe "B"**

Data, Hora e Local: 04/12/2020, às 15h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Presentes os acionistas titulares da totalidade das ações de emissão. **Mesa:** Rodolfo Riechert, Presidente e André Schwartz, Secretário. **Deliberações: I. Em AGE: (i)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário; **(ii)** Aprovar o resgate das 4.538.008 ações ordinárias Classe "B", mediante pagamento de R\$ 735.001,48, com restituição de recursos ao acionista, em relação às 1.155.340 ações integralizadas e o cancelamento das demais 3.382.668 ações ordinárias Classe "B" pendentes de integralização no valor total de R\$ 4.445.997,66, sem restituição de recursos ao acionista, tudo registrado à conta do capital social da Companhia nos termos do § 1º do Artigo 44 da Lei nº 6.404/76, passando o capital de R\$ 187.967.876,46 para R\$ 182.786.877,32, com o cancelamento das 4.538.008 ações ordinárias Classe "B". O pagamento no valor de R\$ 735.001,48 será realizado ao titular das ações resgatadas em 1 parcela, devida a partir de 18/12/2020. **(iii)** Aprovar que, após decorridos 60 dias da publicação desta ata, data em que a redução de capital e o resgate da totalidade das ações ordinárias Classe "B" tornar-se-ão eficazes, as ações ordinárias Classe "A" passarão a ser denominadas simplesmente "ações ordinárias". **(iv)** Aprovar, em consequência das deliberações acima, a alteração dos artigos 5º, 9º e 16 do estatuto social da Companhia, que passarão a vigorar com a seguinte redação após transcrito o prazo referido na alínea (iii), acima: "**Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 182.786.877,32, dividido em 152.725.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 9º.** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Artigo 16.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 Diretores, sendo de 2 Diretores Superintendentes e os demais Diretores Executivos, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas no Estatuto Social. Os diretores serão eleitos em Assembleia Geral de Acionistas. Os Diretores terão mandato de 3 anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição. Deverão ser observadas quanto à eleição e às atribuições da Diretoria as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia." **II. Em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Ordinárias Classe "B":** (i) Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário; **(ii)** O acionista titular da totalidade das ações ordinárias Classe "B" aprova o resgate de 4.538.008 ações ordinárias Classe "B", mediante pagamento de R\$ 735.001,48, com restituição de recursos ao acionista nos termos da Cláusula Décima do Acordo de Acionistas da Companhia, datado de 14/11/2018, em relação às 1.155.340 ações integralizadas e o cancelamento das demais 3.382.668 ações pendentes de integralização, no valor de R\$ 4.445.997,66, sem restituição ao acionista, tudo registrado à conta do capital social da Companhia, mediante a redução do capital social no valor de R\$ 5.180.999,14, passando o capital de R\$ 187.967.876,46 para R\$ 182.786.877,32, com o cancelamento da totalidade das 4.538.008 ações ordinárias Classe "B". O pagamento no valor de R\$ 735.001,48 será realizado ao titular das ações resgatadas em 1 parcela, devida a partir de 18/12/2020. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 04/12/2020. Assinaturas: Presidente: Rodolfo Riechert, Secretário: André Schwartz.

S.H. – Empreendimentos e Imóveis S/A.

CNPJ/ME nº 03.563.797/0001-23 – NIRE 35.300.321.669

Edital de Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se na sede social, na Rua Jerônimo da Veiga, 164, conjunto 7D, São Paulo-SP, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 10/11/2021, às 10:00 horas, para deliberar sobre a ratificação e ratificação do teor da Ata da AGE realizada em 10/07/2017, arquivada na JUCESP sob nº 372.021/17-7, em 09/08/2017, visando retificar informação sobre os acionistas presentes à referida assembleia, que constaram indevidamente ou erroneamente na cópia enviada a JUCESP, extraída do original lavrado em livro próprio. **A Diretoria.** São Paulo, 28/10/2021. (30/10, 04 e 05/11/2021)

B.C.P. II Participações S.A. – CNPJ/ME nº 33.684.235/0001-07 – NIRE 35.300.546.628**Assembleia Geral Extraordinária – Edital de Convocação**

Ficam convocados os Acionistas da Companhia a se reunirem em AGE, por meio digital, em 12/11/2021 às 18h00, com a presença de mais da metade do capital social com direito a voto, considerada como realizada na sede da Companhia, para deliberar sobre: **exame, discussão e aprovação de solução para fatos relevantes e urgentes relacionados a demandas judiciais trabalhistas de empresa terceira, que poderão afetar suas finanças e governança. Disposições Gerais:** As orientações para participação serão enviadas por via postal e e-mail. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através do e-mail bcp2adm@gmail.com. **Iram Alves dos Santos, Davi Chermann, Danilo Grinberg** – Diretores. (29, 30/10 e 04/11/2021)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados

CNPJ/ME nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**realizada em 05 de outubro de 2021 Lavrada na forma de Sumário**

1. Data, Hora e Local: Aos 05/10/2021, às 10:30 horas, por meio eletrônico, em endereço indicado pela CSD BR. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Estatuto Social e Regulamento Interno da Companhia. Presentes os conselheiros Edvar Vilela de Queiroz Filho, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Diney Boccolini Vargas e Marco Racy Kheirallah. Ausente o conselheiro Norberto Lanzara Giangrande Júnior. **3. Mesa:** Edvar Vilela de Queiroz Filho; Secretário: Guilherme Nunes P.V. Conrad. **4. Ordem do Dia:** Análise, discussão e aprovação de eleição de Diretores Executivos. **5. Deliberações:** Após análise e discussão da matéria objeto da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, deliberaram pelo que segue: **(i)** pela aprovação da eleição de **Renato Pires de Araújo Junior**, RG nº 5.985.944-00 SSP/BA e CPF/ME nº 968.160.405-97, para ocupar o cargo de Diretor Executivo, responsável pelas áreas de produção e segurança da informação, com mandato de 02 anos; **(ii)** pela aprovação da eleição de **Daniel Correa de Miranda**, RG nº 46.077.237-5 SSP/SP e CPF/ME nº 370.009.038-21, como Diretor Executivo responsável pelas áreas financeiro, administrativo e comercial da Companhia, com mandato de 02 anos; **(iii)** pela aprovação da eleição de **Mariane Kellner Haak**, RG nº 18.870.267-2, SSP/SP e CPF/ME nº 153.569.278-27, como Diretora Executiva responsável pela área de Recursos Humanos da Companhia, com mandato de 02 anos. Os Diretores ora eleitos, presentes nesta Reunião, declaram para todos os fins e efeitos legais que atendem às condições de elegibilidade previstas nos artigos 146, "caput", e 147 da Lei nº 6.404/76, de que não estão impedidos por lei especiais, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, razão pela qual, tomam posse neste ato, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse e declaração de desimpedimento, assinados e anexos a esta Ata, bem como arquivado na sede da Companhia. Por fim, nos termos da IN/DREI nº 81/20, Seção VIII, 5, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram que a assinatura da presente ata deverá ser realizada apenas pelo Presidente e Secretário desta reunião, que certificarão a presença de todos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros presentes: Edvar Vilela de Queiroz Filho, Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Diney Boccolini Vargas, e Marco Racy Kheirallah, e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01, pelo Presidente e pelo Secretário. (As assinaturas da presente Ata atendem ao disposto na IN-DREI nº 81/20). São Paulo, 05/10/2021. Edvar Vilela de Queiroz Filho – Presidente; Guilherme Nunes P.V. Conrad – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 514.326/21-9 em 27/10/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

GetNinjas S.A.

CNPJ/ME nº 14.127.813/0001-51 – NIRE 35.300.518.586 – Companhia Aberta

Fato Relevante

O **GetNinjas S.A.** ("GetNinjas" ou "Companhia") (B3: NINJ3), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/2021 e no Ofício Circular CVM/SEP 01/21, informa aos seus investidores e ao mercado que, na Reunião do Conselho de Administração realizada em 01/11/2021, foi aprovada a revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, adequando ao disposto na Resolução CVM nº 44/2021 e alterando alguns dispositivos, dentre os quais o modo de divulgação de atos ou fatos relevantes da Companhia, que passarão a ser veiculados por meio da página na rede mundial de computadores do portal de notícias <http://www.portalneo1.net>. Além da divulgação no Portal NEO1, o anúncio sobre ato ou fato relevante também será divulgado na página eletrônica de relações com investidores da Companhia (<http://ri.getninja.com.br>) e por meio de sistema eletrônico disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (<http://www.cvm.gov.br>). São Paulo, 03 de novembro de 2021. **Eduardo Orlando L'Hotellier** – Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,6623	Peso (Chile) - 0,006949
Dólar (EUA) - 5,6672	Peso (México) - 0,2723
Franco (Suíça) - 6,2147	Peso (Uruguai) - 0,1283
Iene (Japão) - 0,04969	Yuan (China) - 0,8847
Libra (Inglaterra) - 7,7420	Rublo (Rússia) - 0,07854
Peso (Argentina) - 0,05673	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,5655

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,6666 / R\$ 5,6672 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,5870 / R\$ 5,5890 *

Turismo - R\$ 5,6300 /

R\$ 5,7530

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -1,42%

OURO BM&F

R\$ 315,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,06%

Pontos: 105.616

Volume financeiro:

R\$ 39,243 bilhões

Maiores altas: Lo-

jas Americanas PN

(13,33%), Locaweb ON

(9,07%), Grupo Soma

(8,90%)

Maiores baixas: Vale ON

(-7,59%), Bradespar PN

(-7,54%), Usiminas PN

Data Mercantil

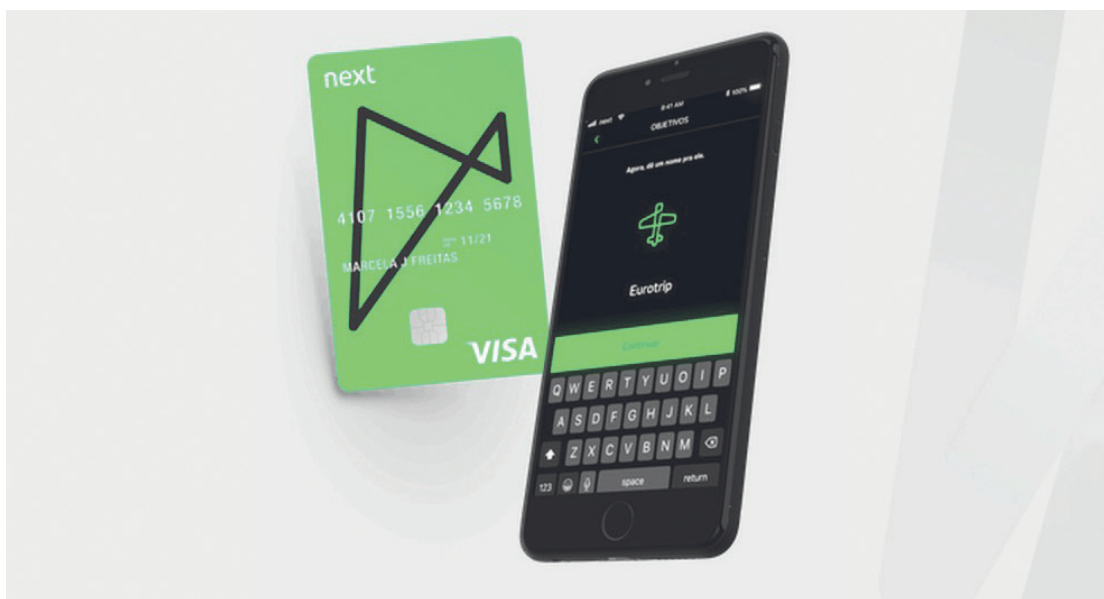
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Marketplace+cashback: a nova fórmula do next na disputa dos bancos digitais



Criado em 2017, nos corredores do Bradesco, o banco digital next foi, pouco a pouco, ganhando vida própria. Primeiro, em 2020, veio a separação da sua infraestrutura tecnológica e operacional. Já em março deste ano, a empresa ganhou um CEO na figura de Renato Ejnisman, veterano de casa no Bradesco.

No decorrer do ano, sua oferta foi sendo enriquecida com produtos como seguros e opções de investimentos. Até antecipar, em setembro, a meta de superar 7 milhões de clientes, prevista inicialmente para o fim de 2021. Agora, uma nova peça está sendo adicionada a essa trajetória e a esse portfólio.

Nesta quarta-feira, o next está lançando oficialmente o seu marketplace próprio. Batizada de nextShop, a plataforma marca um passo além na estratégia do banco digital, com o reforço na oferta de produtos e serviços não-financeiros.

“Estamos crescendo em um ritmo forte e não tenho dúvida que o marketplace vai nos ajudar a atrair uma série de novos clientes”, afirmou Ejnisman, em apresentação que marcou o lançamento do nextShop. “Bem como ampliar ainda mais o uso e a frequência dos nossos clientes atuais.”

O executivo não revelou uma meta para o crescimento da base de clientes do banco

digital. Mas ressaltou que o plano é dar sequência ao ritmo bastante intenso observado nos últimos meses.

Em outubro, por exemplo, o next alcançou um volume de 8,3 milhões de clientes, alta de 149% sobre igual período, há um ano. Já no acumulado de janeiro a outubro de 2021, o volume transacionado, por sua vez, cresceu 142% e a receita, 147%.

Para ajudar a ampliar esses indicadores, o nextShop chega ao mercado com mais de 13 mil ofertas e vai focar, inicialmente, nas seguintes categorias: telefonia, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, acessórios, informática e games.

Neofeed

Para o Goldman Sachs, Stone e PagSeguro vão dar a volta por cima

A Stone e a PagSeguro, as duas empresas brasileiras de pagamentos listadas em Nova York, têm passado por momentos difíceis no mercado de ações ao longo dos últimos dois meses.

Enquanto a Stone foi penalizada pelos investidores após revelar que teve problemas para executar garantias de empréstimos e suspender a oferta de crédito, a PagSeguro também se desvalorizou depois de o Banco Central (BC) propor um limite para as taxas cobradas no cartão pós-pago, o que pode afetar a receita de um dos principais negócios da companhia.

No acumulado do ano, o papel da Stone negociado em Nasdaq registra queda de 61%, a US\$ 31,90. A PagSeguro, por sua vez, tem recuo de 35%, a US\$ 35,21, na Bolsa de Nova York – enquanto o Ibovespa cai 11% em 2021.

Um dos bancos americanos que acompanham de

perto as ações das duas companhias, o Goldman Sachs reconhece que as empresas perderam valor após essas notícias nada animadoras, mas permanece confiante na capacidade de ambas voltarem a se valorizar.

Em relatório distribuído a clientes nesta quarta-feira, 3 de novembro, os analistas do Goldman Sachs estimam que as duas empresas terminaram o terceiro trimestre com ganho de participação de mercado e aumento do lucro, em relação ao trimestre anterior. Os balanços ainda serão divulgados.

No caso da Stone, o avanço deverá ser de 9,9% para 11,1% na fatia do mercado, em volume de pagamentos transacionados, com a empresa se mantendo em quarto lugar, atrás de Cielo (26,5%), Rede (23,5%) e Getnet (16%). Para PagSeguro, o avanço seria de 9,3% para 10,1%, na quinta posição.

Neofeed



JBS confirma compra de produtora de salmão na Austrália



A JBS anunciou nesta quarta-feira (3) ter recebido a aprovação final do Tribunal Federal da Austrália para a compra da produtora de salmões australiana Huon Aquaculture. O negócio concretiza a entrada do frigorífico no ramo da aquicultura.

Fundada em 1986 como uma empresa familiar e listada na Bolsa da Austrália em 2014, a Huon possui fazendas marítimas de salmões e trutas nos estados de Queensland e da Tasmânia. Atualmente, emprega mais de 700 funcionários, segundo o site da empresa.

A JBS vai adquirir 100% das ações da Huon em 17 de novembro, de acordo com fato relevante divulgado ao

mercado. O valor de mercado da companhia australiana é superior a US\$ 300 milhões (R\$ 1,7 bilhão).

A JBS vinha sofrendo oposição de alguns acionistas da Huon, que eram contra a operação, mas o desfecho foi positivo para a empresa, avaliou Sérgio Berruezo, analista de research da Ativa Investimentos.

Às 13h36, as ações da JBS (JBSS3) caíram 0,65%. A queda, porém, não está relacionada à aquisição da Huon, segundo Berruezo.

“O setor de frigoríficos subiu bastante mesmo com a Bolsa brasileira caindo, pois o desempenho dessas empresas tem uma dependência grande dos Estados Unidos, que está indo bem, e o dólar

em alta ajuda ainda mais a geração de caixa!”, diz.

“O que há é uma realização de lucros normal em um momento de queda da Bolsa brasileira”, afirma Berruezo. “Considero a operação [de compra da Huon] positiva.”

Na divulgação da assinatura do acordo de compra, em agosto deste ano, o presidente-executivo global da JBS, Gilberto Tomazoni, afirmou que o negócio era uma “aquisição estratégica, que marca a entrada da JBS no negócio de aquicultura”, afirmou.

“Vamos repetir o que fizemos anteriormente com frango, suínos e produtos de valor agregado, para deixar nosso portfólio ainda mais abrangente”, disse Tomazoni.

Clayton Castelani/Folhapress